



**Instituto Superior de Economia e Gestão**

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA



**Universidade Católica  
Portuguesa  
Centro Regional do Porto**



**Universidade do Minho**



**Universidade do Algarve**

# **Avaliação Económica do EURO 2004**

## **Avaliação da componente financeira**

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

NOTA: a leitura deste Sumário Executivo não dispensa a consulta da versão integral do estudo a disponibilizar em [www.portugal2004.pt](http://www.portugal2004.pt) a partir de 23 de Março de 2004



## 1. INTRODUÇÃO

A realização da Fase Final do EURO 2004 envolveu, na fase de pré-evento, a construção/remodelação dos dez estádios previstos no Caderno de Candidatura de Portugal, bem como a construção dos respectivos estacionamento e das acessibilidades directas.

Este Relatório consubstancia uma síntese dos resultados de avaliação da primeira fase do Estudo de Avaliação do Impacto Económico do EURO 2004, precisamente as implicações financeiras da Administração Central, enquanto entidade co-financiadora.

O programa de construção das infra-estruturas encontrava-se terminado em 31 de Dezembro de 2003, à excepção de algumas das acessibilidades directas, cujo prazo de conclusão se situa ao longo do primeiro semestre de 2004.

## 2. OBJECTIVOS E METODOLOGIA

Os objectivos deste relatório intermédio são responder às seguintes questões:

- **Qual o esforço financeiro da Administração Central e dos promotores na realização das infra-estruturas desportivas e acessibilidades directas?**
- **Qual o modelo de financiamento que tornou possível os investimentos?**
- **Que comparações podemos fazer com programas similares realizados noutros países para o mesmo tipo de eventos, do ponto de vista dos custos e da estrutura de financiamento?**

Para responder às questões colocadas, a avaliação dos fluxos financeiros desta fase do EURO 2004 - preparação das infra-estruturas para a realização do evento - pode ser entendida, de forma abrangente, a três níveis:

- **Um nível de intervenção da Administração Central** (estádios, estacionamento e acessibilidades), que inclui a ajuda pública objecto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com os promotores.
- **Um segundo nível, que inclui os fluxos financeiros resultantes da concepção do projecto alargado**, em que intervêm os clubes e as autarquias, estas actuando quer como promotoras, quer na qualidade de autarquias locais.
- **Um terceiro nível que tem a ver com os investimentos associados às infra-estruturas desportivas** mas que não constavam do Caderno de Candidatura, tendo, no entanto, sido induzidos pela realização destas, em especial, actividades que "nasceram" na própria infra-estrutura, ou que resultaram do impacto na nova estrutura urbana: comércio, serviços de natureza privada ou pública, imobiliário, etc.

Para além dos fluxos de 2º e 3º níveis, fruto do “efeito de alavanca” da ajuda pública, a actividade associada ao investimento gera, desde o primeiro momento, receitas e despesas que perduram durante a vida útil do projecto e que traduzem os seus efeitos económicos e financeiros.

Dessas receitas e despesas uma parte reverte para a Administração Central, sob forma de receita fiscal ou parafiscal, sendo um indicador do “retorno financeiro da ajuda pública”.

A informação necessária à estimação dos fluxos deve-se à Sociedade Portugal 2004 e aos Promotores dos Estádios e às Autarquias Locais.

### 3. RESULTADOS

A análise dos fluxos de investimento e das fontes de financiamento, à data de 31 de Janeiro de 2004, permitiu construir os seguintes quadros:

**Quadro 1 – Investimento em estádios e estacionamento (em sentido estrito) para o EURO 2004**

Estádios	Investimento (euros)				
	Investimento total / Contratos-programa (1)	Investimento total estimado (2)	Investimento total real (3)	Incremento em valor (4) = (3) - (2)	Incremento em % (5) = [(4) / (2)] x 100
Municipal de Braga	31.293.082	86.349.275	84.886.516	-1.462.759	-1,69%
D. Afonso Henriques (Guimarães)	20.120.013	26.356.771	27.343.976	987.205	3,75%
Dragão	73.723.824	97.755.318	114.633.117	16.877.799	17,27%
Bessa	34.708.850	45.164.726	44.411.588	-753.138	-1,67%
Municipal de Aveiro	31.285.102	43.322.699	46.880.154	3.557.455	8,21%
Cidade de Coimbra	19.649.145	36.212.727	37.924.148	1.711.421	4,73%
Municipal Dr. Magalhães Pessoa (Leiria)	20.850.250	48.110.519	47.993.107	-117.412	-0,24%
José Alvalade	73.659.980	79.003.030	97.663.040	18.660.010	23,62%
Luz	90.710.884	102.131.249	114.275.841	12.144.592	11,89%
Algarve	30.351.354	30.647.923	34.526.981	3.879.058	12,66%
<b>Total</b>	<b>426.352.484</b>	<b>595.054.237</b>	<b>650.538.468</b>	<b>55.484.231</b>	<b>9,32%</b>

(2) Investimento total estimado, durante a vigência da obra, expresso em cronogramas financeiros.

(3) Investimento total real, à data de 31 de Janeiro de 2004 (ou seja, com a obra já concluída).

Fonte: Sociedade Portugal 2004.

**Quadro 2 – Fontes de financiamento para investimento em estádios e estacionamento (em sentido estrito) para o EURO 2004**

Estádios	Fontes de Financiamento (euros)					Autarquias Locais (inv. total real-total subs. AC)	Clubes (inv. total real-total subs. AC)
	Estado (Administração Central) + Fundos Comunitários				Total		
	QCA III						
	FEDER	PRODED	PIDDAC/EURO 2004				
Municipal de Braga	6.235.304	1.246.664	236.056	7.718.024	77.168.492		
D. Afonso Henriques (Guimarães)	3.324.787	665.596	1.039.620	5.030.003	22.313.973		
Dragão			18.076.410	18.076.410		96.556.707	
Bessa			8.244.005	8.244.005		36.167.583	
Municipal de Aveiro	6.233.976	1.247.992	339.308	7.821.276	39.058.878		
Cidade de Coimbra	3.116.988	623.996	1.171.302	4.912.286	33.011.862		
Municipal Dr. Magalhães Pessoa (Leiria)	4.008.301	802.430	349.283	5.160.014	42.833.093		
José Alvalade			17.907.915	17.907.915		79.755.125	
Luz			22.677.721	22.677.721		91.598.120	
Algarve	6.233.976	1.247.992	105.870	7.587.838	26.939.143		
<b>Total</b>	<b>29.153.332</b>	<b>5.834.670</b>	<b>70.147.490</b>	<b>105.135.492</b>	<b>241.325.441</b>	<b>304.077.535</b>	

Fonte: Sociedade Portugal 2004.

Quanto aos montantes de investimento, há que sublinhar os seguintes aspectos:

- Os valores Investimento dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Administração Central e os Promotores, Clubes e Autarquias, no montante de **426.352.484 euros incluem a contribuição pública de 105.135.492 euros**, isto é de um quarto do valor total. Este custo assemelha-se ao conceito de investimento elegível nos Programas Operacionais do QCAIII, tendo o valor da participação pública resultado de estudos e, também, de negociações entre a Administração Central e os Promotores.
- Os valores de Investimento Real efectuado pelos promotores para a construção dos estádios e estacionamento excedem, como é natural, os valores dos contratos-programa. não só porque incluem obras não-elegíveis<sup>1</sup>, mas também porque podem divergir dos valores estimados a partir do cronograma financeiro - o Investimento Estimado - por razões várias, a mais evidente das quais é a de que se trata de uma estimativa.
- O Investimento Real indica o custo efectivo da obra e pode apresentar valores diferentes dos valores estimados, por várias razões: actualização de preços, obras suplementares não previstas ou alterações ao projecto. Pode não se tratar de *derrapagem de custos*, na acepção habitual deste conceito. Da análise do Quadro 1 verifica-se que o investimento real excede o estimado em cerca de 55 milhões de euros, ou seja cerca de 9% acima da estimativa do cronograma financeiro. Só os estádios de Braga, Bessa e Magalhães Pessoa de Leiria se situaram abaixo do estimado.
- O montante da ajuda pública (Administração Central e Fundos Estruturais) ascende a 105.135.492 euros, sendo um valor contratualizado, por conseguinte não alterável, a não ser por alterações aos Contratos-Programa ou Protocolos, o que não aconteceu<sup>2</sup>.

A diferença entre os valores do contrato-programa e os valores, quer do investimento estimado quer do investimento real (custo final), não tem quaisquer implicações no montante da ajuda pública, sendo da exclusiva responsabilidade dos promotores.

Um exemplo elucidativo de "obras a mais", sem implicação para a ajuda pública verificou-se com os estacionamento. Com efeito, foi definida uma comparticipação pública fixa para o estacionamento mínimo, dependendo do tipo, da natureza e da quantidade de lugares. Os resultados apurados constam do Quadro seguinte:

**Quadro 3 - Investimento em estacionamento**

Estádio	Investimento Contratualizado		Investimento Real			
	Valor elegível (1)	Comparticipação da Administração Central	Investimento total (2)	Comparticipação da Administração Central	Incremento (valor) (2)-(1)	Incremento (%)
Municipal de Braga	1.365.208	341.302	3.296.690	236.056	1.931.482	141,48
D. Afonso Henriques (Guimarães)	4.158.480	1.039.620	4.459.443	1.039.620	300.963	7,24
Dragão	6.286.348	1.571.587	6.493.191	1.558.120	206.843	3,29
Bessa	4.780.976	1.195.244	4.780.976	1.195.244	0	0,00
Municipal de Aveiro	1.357.228	339.307	1.968.732	339.308	611.504	45,06
Cidade de Coimbra	4.685.208	1.171.302	4.685.207	1.171.302	-1	0,00
Municipal Dr. Magalhães Pessoa (Leiria)	1.397.132	349.283	6.943.117	349.283	5.545.985	396,95
José Alvalade	6.222.504	1.555.626	6.222.504	1.545.900	0	0,00
Luz	6.414.044	1.603.511	8.918.742	1.603.511	2.504.698	39,05
Algarve	423.480	105.870	563.048	105.870	139.568	32,96
<b>Total</b>	<b>37.090.608</b>	<b>9.272.652</b>	<b>48.331.650</b>	<b>9.144.214</b>	<b>11.241.042</b>	<b>30,31</b>

Fonte: Sociedade Portugal 2004.

<sup>1</sup> Considera-se investimento não elegível todo o investimento não incluído nos Contrato- Programa.

<sup>2</sup> A adenda que foi feita ao Contrato-Programa entre a Câmara de Guimarães e a Administração Central não alterou nem o montante, nem a estrutura de financiamento.

O comentário a este quadro é imediato: os Promotores decidiram construir um número de lugares muito superior ao considerado como mínimo, por conseguinte um investimento real muito superior ao contratado, mas que se pode justificar por razões comerciais ou de natureza urbanística.

Com efeito, verifica-se a partir da leitura dos grandes números do Quadro 3 que o investimento real foi superior em 30,31% ao investimento elegível contratado, o que se traduz também numa melhor eficiência da ajuda pública que desceu de 25% para 18,9%.

Com base nos Quadros 1 e 2 foi elaborado um outro quadro que apresenta a estrutura do financiamento dos Estádios e Estacionamentos (Quadro 4):

#### Quadro 4 – Estrutura de financiamento nos estádios e estacionamento (em sentido restrito)

#### EURO 2004

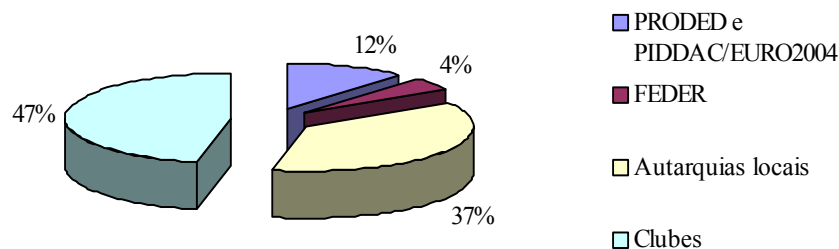
Estádios	Investimento total real	Fontes de Financiamento (euros)							
		Estado (Adm. Central)		Fundos Comunitários		Autarquias Locais		Clubes	
		PRODED e PIDDAC/EURO2004 (Valor)	%	FEDER (Valor)	%	Valor	%	Valor	%
Municipal de Braga	84.886.516	1.482.720	1,75	6.235.304	7,35	77.168.492	90,91		
D. Afonso Henriques (Guimarães)	27.343.976	1.705.216	6,24	3.324.787	12,16	22.313.973	81,60		
Dragão	114.633.117	18.076.410	15,77					96.556.707	84,23
Bessa	44.411.588	8.244.005	18,56					36.167.583	81,44
Municipal de Aveiro	46.880.154	1.587.300	3,39	6.233.976	13,30	39.058.878	83,32		
Cidade de Coimbra	37.924.148	1.795.298	4,73	3.116.988	8,22	33.011.862	87,05		
Municipal Dr. Magalhães Pessoa (Leiria)	47.993.107	1.151.713	2,40	4.008.301	8,35	42.833.093	89,25		
José Alvalade	97.663.040	17.907.915	18,34					79.755.125	81,66
Luz	114.275.841	22.677.721	19,84					91.598.120	80,16
Algarve	34.526.981	1.353.862	3,92	6.233.976	18,06	26.939.143	78,02		
<b>Total</b>	<b>650.538.468</b>	<b>75.982.160</b>	<b>11,68</b>	<b>29.153.332</b>	<b>4,48</b>	<b>241.325.441</b>	<b>37,10</b>	<b>304.077.535</b>	<b>46,74</b>

Fonte: Sociedade Portugal 2004.

A análise do Quadro 4, sobre a estrutura do financiamento do custo dos Estádios e Estacionamentos, sugere os seguintes comentários:

- O esforço dos Promotores, Clubes e Autarquias, constituiu a grande parte do financiamento, respectivamente 46,74 % e 37,10% do total (cf. Gráfico 1). Embora o número de Estádios a cargo das Autarquias seja de seis, o investimento dos clubes (quatro) foi dirigido para Estádios de maior dimensão e mais bem equipados.
- A ajuda pública representou 16,16% do total do investimento real o que, se interpretado em termos de “alavanca financeira”, permite concluir que a ajuda pública à realização das infra-estruturas desportivas do EURO 2004 teve um “efeito de alavancagem” muito interessante: cada 16 euros de ajuda permitiram um investimento suplementar de 84 euros.

**Gráfico 1 - Estrutura de financiamento do investimento em estádios e estacionamentos (em sentido estrito) para o EURO 2004**



Fonte: Elaboração da equipa com base em dados fornecidos pela Sociedade Portugal 2004.

A análise que foi feita sobre os montantes de investimento e sobre a estrutura de financiamento deve ser entendida em sentido estrito, uma vez que o investimento em acessibilidades directas e em outros empreendimentos associados aos Estádios não está ainda apurado. No entanto, partindo das Contas de Origem e Aplicação de Fundos regionais/locais e individualizadas por Estádio, obtemos os valores seguintes, constantes dos Quadros 5 e 6:

**Quadro 5 - Conta Consolidada de Aplicação de Fundos**

(euros)

Tipo	Aplicação de Fundos *					
	Autarquias		Clubes		Total	
	Valor (3)	%	Valor (4)	%	Valor (3)+(4)	%
Estádios e Estacionamentos	279.554.882	80,32	370.983.586	80,88	650.538.468	80,64
Acessibilidade directas e Outros **	68.491.467	19,68	87.722.078	19,12	156.213.545	19,36
<b>Total</b>	<b>348.046.350</b>	<b>100,00</b>	<b>458.705.664</b>	<b>100,00</b>	<b>806.752.014</b>	<b>100,00</b>

\* Valores resultantes da agregação das contas regionais

\*\* Ver contas regionais

Fonte: Sociedade Portugal 2004 e Relatórios Regionais e Locais.

## Quadro 6 - Conta Consolidada de Origem de Fundos

(euros)

Origem de Fundos *						
Tipo	Autarquias		Clubes		Total	
	Valor (1)	%	Valor (2)	%	Valor (1)+(2)	%
<b>Capitais Próprios</b>	43.595.602	12,53	184.881.604	40,31	228.477.206	28,32
<b>Capitais Alheios (empréstimos bancários)</b>	239.088.552	68,69	189.714.509	41,36	428.803.061	53,15
<b>Subsídios Estado</b>						
<b>FEDER+PRODED+PIDDAC/EURO 2004 (estádios e estacionamento)</b>	38.229.441	10,98	66.906.051	14,59	105.135.492	13,03
<b>IEP+Outros **</b>	27.132.755	41,51	17.203.500	20,45	44.336.255	29,66
<b>Subtotal (Subsídios Estado)</b>	65.362.196	18,78	84.109.551	18,34	149.471.747	18,53
<b>Total</b>	<b>348.046.350</b>	<b>100,00</b>	<b>458.705.664</b>	<b>100,00</b>	<b>806.752.014</b>	<b>100,00</b>

\* Valores resultantes da agregação das contas regionais

\*\* Outros - CCRAL/PIPITAL - Turismo (Estádio) no valor de 2.493.989 euros e FEDER/QCAIII Desporto (Acessibilidades directas) no valor de 455.402 euros, no caso do Estádio Intermunicipal Faro/Loulé

Fonte: Sociedade Portugal 2004 e Relatórios Regionais e Locais.

A análise dos dois Quadros acima é interessante, a vários títulos. Assim:

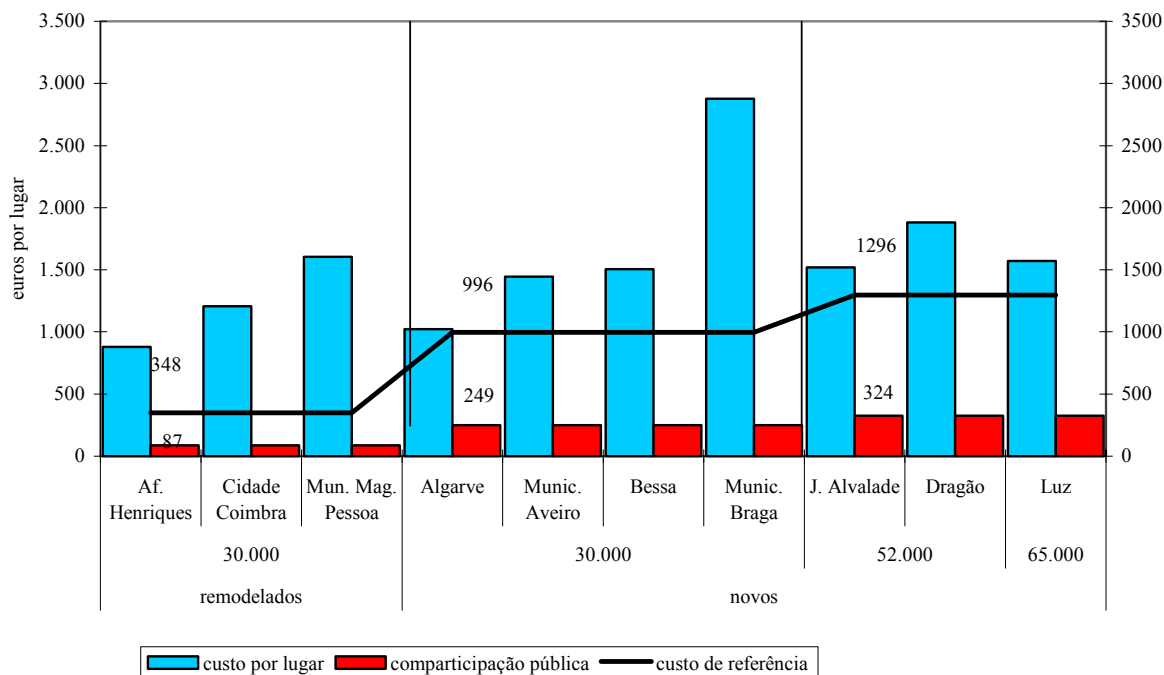
- O valor de investimento real, apurado a partir das contas regionais, é de cerca de 806,8 milhões de euros, superior em 24% ao apurado na coluna 3 do Quadro 1, reflectindo investimentos em acessibilidades e também em actividades inseridas nos complexos desportivos.
- Na origem dos fundos, os Promotores tiveram que recorrer a capitais alheios para financiar os investimentos num montante ligeiramente superior a 53% do total aplicado. Neste domínio, as Autarquias, como seria de esperar, tiveram um recurso aos empréstimos bancários mais elevado do que os clubes.
- A percentagem de ajuda pública neste quadro mais alargado de investimentos mantém-se nos 18%, mas a comparticipação associada especificamente às acessibilidades directas é mais elevada, como também seria de esperar.

Analisando a eficiência do Programa de investimentos em estádios, verificamos que:

- O investimento médio por lugar, nos estádios do EURO 2004, apresenta uma dispersão que não é muito significativa dentro de cada um dos agrupamentos (30 mil lugares e mais de 50 mil), à excepção do valor calculado para o estádio de Braga, justificado por uma filosofia de projecto muito diferente de todos os outros estádios.
- O custo de referência por lugar, utilizado nos Contratos-Programa e nos Protocolos assinados com as Autarquias e com os Clubes, pode ser comparado com o investimento médio estimado por lugar e com a respectiva comparticipação pública, tanto para os estádios novos como para estádios sujeitos a reconstrução (cf. Gráfico 2).



**Gráfico 2 – Custo por lugar, preço de referência e nível de comparticipação públicos**



Fonte: Sociedade Portugal 2004.

As conclusões a tirar deste gráfico são imediatas: o custo de referência, representado pela recta, foi calculado pela entidade pública de forma "conservadora" – todos os estádios ultrapassam esse valor – tendo os estádios de Faro/Loulé, J. Alvalade e Luz sido os mais eficientes dentro da sua classe. Na mesma ordem de ideias, o incentivo público atribuído ficou-se abaixo da percentagem de 25% do investimento estimado o que denota eficiência, mas agora do lado da ajuda pública.

Um aspecto interessante da comparação internacional prende-se com a questão de saber quanto custa, em termos de investimento em infra-estruturas desportivas, a realização de um evento do tipo EURO ou MUNDIAL e se é possível, para um país bem equipado, evitar custos significativos.

O Quadro 7 inclui informação sobre o número de estádios que foram apresentados como palco para a competição e os valores de investimento para a sua construção e remodelação.

**Quadro 7 – Competições, estádios e investimentos totais por país (valores em € 2003)\***

Países	Competição	Ano	Estádios	Investimento
Portugal	Europeu	2004	10	595.054.237
Alemanha	Mundial	2006	12	1.451.511.332
Suíça	Europeu	2008	4	256.806.182
Áustria	Europeu	2008	4	136.706.624

\* Os valores do investimento para Portugal são valores estimados, a partir do cronograma financeiro pela Sociedade Portugal2004. Para os restantes países são valores que constam dos cadernos de candidatura, corrigidos da inflação para o ano de 2003. Os valores para as três competições são retirados dos respectivos sites na Internet

Fonte: Sociedade Portugal 2004, [www.FIFA.com](http://www.FIFA.com); [www.UEFA.com](http://www.UEFA.com).

Os números sugerem uma leitura, a vários títulos, interessante:

- Em primeiro lugar, mesmo para os países que já possuíam infra-estruturas de qualidade, os montantes de investimento, associados ao evento, são muito significativos;
- Em segundo lugar, os números para Portugal revelam-se plenamente aceitáveis neste quadro comparativo, quando verificamos que a construção/reconstrução abrangeu 10 estádios;
- Finalmente, torna-se óbvio que os países aproveitam a realização dos eventos para realizar um programa de investimentos global em estádios, em vez de o fazerem ao longo de vários anos.

A questão do financiamento dos investimentos em estádios é quase sempre uma questão polémica. No Quadro 8 são apresentados os dados sobre a estrutura de financiamento nos quatro países analisados.

**Quadro 8 – Fontes de financiamento dos estádios nos quatro países ( em %)**

	Portugal	Alemanha	Áustria	Suíça
Investimento dos Promotores	84	38		
Clubes	46			
Cidades	38			
Subsidação da Administração Pública	16	39	100	
Administração Central + FEDER	16	14		
Regiões		6		
Cidades		19		
Outros (indústria, comércio, serviços)		24		100
Total	100	100	100	100

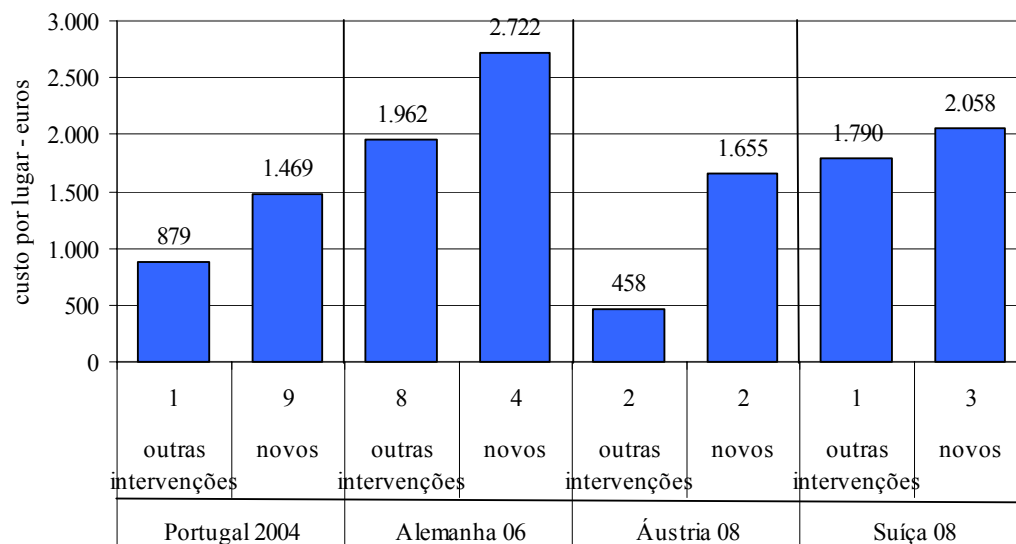
Fonte: Sociedade Portugal 2004, [www.FIFA.com](http://www.FIFA.com); [www.UEFA.com](http://www.UEFA.com).

As situações que os números traduzem são muito diversas e reflectem realidades e modos de funcionamento do mercado do desporto também muito particulares a cada país. No entanto, é por demais evidente uma participação pública significativa no financiamento da construção de estádios.

Outro aspecto interessante na comparação inter-países seria de replicar a análise da eficiência económica feita para Portugal, tomando agora como referência a Alemanha (Mundial2006) e a Áustria e Suíça (Euro2006).

Começando pelo investimento por lugar, e trabalhando com valores médios para estádios novos e remodelados, podemos observar, no Gráfico 3, o perfil de cada país.

Gráfico 3 – Investimento médio por lugar nos quatro países\* ( em euros de 2003)



\* Dado o tipo de intervenção realizada nos estádios de Coimbra e Leiria considerou-se adequado, para efeitos de comparação, inclui-los como novos e, também, retirar o Estádio de Braga pelas razões já invocadas.  
Fonte: Sociedade Portugal 2004, www.FIFA.com; www.Uefa.com

Os valores apresentados (cf. Gráfico 3) são compatíveis quer com a dimensão dos estádios – com mais lugares na Alemanha – quer com a qualidade e equipamento dos mesmos. Também era de esperar que Portugal apresentasse custos menos elevados, tanto nos estádios novos como em intervenções de remodelação pouco profundas, mesmo quando os estádios nacionais se situam em patamares superiores (dimensão e equipamento) aos estádios a construir na Áustria e na Suíça.

Decorrente da intervenção da Administração Central no financiamento das infra-estruturas do EURO 2004, atrás dissecada, podem apresentar-se as seguintes contas com os fluxos financeiros relativos à Administração Central, quer numa óptica de origem e aplicação de fundos (Quadro 9), quer numa óptica de receita e despesa (Quadro 10):

Quadro 9 - Conta de origem e aplicação de fundos da Administração Central

ORIGENS DE FUNDOS			APLICAÇÕES DE FUNDOS		
		Valor (€)			Valor (€)
FASE 1: Candidatura (até Maio 2004)	Instituto Nacional Desporto - Dotação orçamental (1998)	997.600	Candidatura Euro2004: Contratos-programa IND / FPF		1.745.800
	Instituto Nacional Desporto - Dotação orçamental (1999)	748.200			
		<b>1.745.800</b>			<b>1.745.800</b>
FASE 2: Pré- evento (Maio 2004 a Maio 2004)	<b>INVESTIMENTO</b>		<b>INVESTIMENTO</b>		
	IDP - PIDDAC EURO 2004 (2001/2004)	70.147.490	Estádios (clubes)	61.003.275	
	IDP - PRODED (2002/2004)	5.834.670	Estádios (autarquias locais)	34.988.004	
	QCA III - FEDER/CCR (Medida Desporto)	29.153.332	Estacionamentos dos estádios	9.144.214	
	QCA III - FEDER/IEP (Acessibilidades)	6.565.396	Acessibilidades directas estádios (IEP)	79.451.321	
	IEP - PIDDAC (2002/2004)	72.894.925	Promoção Portugal Euro2004 (ICEP)	12.200.000	
	ICEP - PICTUR - 2003/04	12.200.000	<b>CORRENTES</b>		
	<b>CORRENTES</b>		Constituição e funcionamento sociedade Euro 2004, S A	2.327.494	
	IDP - Dotação orçamental (2001-2004)	9.443.664	Constituição e funcionamento sociedade Portugal 2004, S A	5.411.471	
		<b>206.239.477</b>	Auditoria externa Euro 2004	113.050	
			Estudo de impacto Euro 2004	248.400	
		Arrendamento Pavilhão Atlântico (IBC/MPC)	1.343.248		
			<b>206.230.477</b>		
<b>TOTAL</b>		<b>207.985.277</b>	<b>TOTAL</b>		<b>207.976.277</b>

Quadro 10 - Conta de receita e despesa da Administração Central

RECEITAS		DESPESAS		
		Valor (€)		
FASE 1: Candidatura (até Maio 2004)				
			IND - Candidatura Euro2004: Contratos-programa FPF 1.745.800	
FASE 2: Pré- evento (Maio 2004 a Maio 2004)	Receitas do Estado (OE)		Despesas do Estado (OE)	
	<u>INVESTIMENTO</u>		<u>INVESTIMENTO</u>	
	QCA III - FEDER/CCR (Medida Desporto)	29.153.332	IDP - PIDDAC EURO 2004 (2001/2004)	70.147.490
	IEP - QCA III - FEDER (Acessibilidades directas)	6.565.396	IDP - PRODED (2002/2004)	5.834.670
	<u>CORRENTES</u>		PIDDAC CCR (Medida Desporto)	29.153.332
	IMPOSTOS		IEP - PIDDAC (2002/2004)	79.460.321
	IRC/IRS/OUTROS	2.260.598	ICEP - Promoção Portugal Euro2004	12.200.000
	IVA (5%)	10.792.518	<u>CORRENTES</u>	
	IVA (19%)	10.661.558	Constituição e funcionamento sociedade Euro 2004, S A	2.327.494
	Segurança Social	1.748.262	Constituição e funcionamento sociedade Portugal 2004, S A	5.411.471
	Emissão moeda comemorativa Euro 2004 escudos (2001)	417.743	Auditoria externa Euro 2004	113.050
	Emissão moedas comemorativas Euro 2004 euros (2003/2004)	10.000.000	Estudo de impacto Euro 2004	248.400
			Arrendamento Pavilhão Atlântico (IBC/MPC)	1.343.248
<b>TOTAL</b>	<b>71.599.407</b>	<b>TOTAL</b>	<b>207.985.277</b>	

Fonte Sociedade Portugal 2004

Destes dois quadros, terá mais relevância a análise do Quadro 10, uma vez que ele nos permite ter uma ideia do retorno do investimento já ocorrido, para a Administração Central: o total das receitas da AC, inerentes ao EURO 2004, apresenta o valor de 71.599.407 euros, o que, confrontado com a despesa total de 207.985.277 euros, dá um custo efectivo da realização da fase final do EURO 2004 em Portugal, para a AC, de 136.385.870 euros. É claro que este custo efectivo tenderá a diminuir, uma vez que as despesas se encontram praticamente estabilizadas, ao passo que as receitas só terão tendência para aumentar, quer durante o evento propriamente dito, quer na fase posterior, devido ao efeito alavanca dos investimentos realizados.

## 4. CONCLUSÕES

As conclusões da avaliação desta fase pré-evento do EURO 2004 incidem particularmente sobre a actuação da Administração Central:

- O quadro institucional adoptado para a realização do EURO 2004 permitiu uma actuação de processos transparente da Administração Central, através da Sociedade Portugal 2004, tanto no controlo e fiscalização da realização física, através de auditoria permanente das obras, como nos procedimentos para a sua execução financeira.
- Os instrumentos de contratualização com as Autarquias e os Clubes, para efeitos de remodelação/construção de estádios e estacionamento, revelaram-se eficazes, na medida em que os objectivos foram cumpridos sem quaisquer derrapagens de custos para a Administração Central
- Os regimes especiais de financiamento permitiram às Autarquias aceder aos meios financeiros necessários para a construção de infra-estruturas e acessibilidades.
- O cumprimento do calendário de realização física foi adequado e ao nível dos melhores padrões internacionais em eventos desta natureza, sem comparação possível com atrasos verificados em projectos similares.
- A execução financeira, entendida como o pagamento das prestações de comparticipação pública, previsto no cronograma financeiro do Programa, processa-se após a verificação pela entidade responsável, Portugal 2004, de procedimentos standardizados e rigorosos.
- A estimativa de custos elegíveis e a definição do montante da comparticipação pública por parte do Estado, permitiram estabelecer, para a maioria dos promotores, uma fronteira eficiente de referência para o investimento, mas suficientemente atractiva para que este se verificasse.
- Se compararmos os custos, tanto globais como por lugar, dos estádios do EURO2004 com os futuros estádios do Mundial2006 e do Euro2008, não se afigura que o Programa, agora terminado, possa vir a ser menos eficiente e menos eficaz que o da Alemanha, Áustria e Suíça.
- O esforço financeiro de remodelação e de construção dos estádios exigiu um esforço financeiro muito apreciável aos Promotores. Para isso os Clubes e as Autarquias desenvolveram modelos de financiamento muito diversos, por um lado recorrendo a empréstimos bancários e, por outro, apostando em soluções de mercado. No entanto, ainda é cedo para avaliar da eficácia dos modelos utilizados.
- A ajuda pública, nesta fase do evento, foi muito relevante, não tanto pela dimensão financeira que assumiu (13% de todo o investimento já efectuado), mas pela garantia das condições de funcionamento de toda a intervenção, induzindo esquemas de cooperação de natureza público-público e público-privado.

- O financiamento da Administração Central, para a construção dos estádios e dos estacionamento, não ultrapassa os 16,2% (incluindo as verbas do FEDER) do investimento real nesse âmbito, mas isso foi o suficiente para induzir todo um conjunto de investimentos adicionais, por parte de outras entidades públicas e privadas.
- A União Europeia disponibilizou fundos através do FEDER (Medida Desporto), no montante aproximado de 4,5% do investimento total;
- As Autarquias Locais contribuíram com 37% do investimento total, quer enquanto promotoras dos estádios, quer enquanto autarquias onde se situam promotores privados (clubes), sendo que, neste último caso, se estabeleceram parcerias público-privado para a viabilização dos investimentos;
- Os clubes promotores dos estádios mobilizaram fundos no mercado que lhes permitiram assegurar 47% do investimento total.

Como qualquer outro projecto, o Programa de Investimentos em infra-estruturas do EURO 2004 gera receitas e despesas ao longo da sua vida útil e é a soma actualizada do diferencial entre estes valores que indica a sua viabilidade financeira. Considerando que a Administração Central se concentrava unicamente nesta óptica, o que seria muito redutor, a conta de Despesas e Receitas apurada, ainda sem o projecto concluído, indica que, em impostos e outras receitas, reentraram nos cofres públicos 71,6 milhões de euros, o que significa cerca de um quarto da ajuda pública em Estádios e Estacionamento.

Mesmo sendo reduzida a contribuição financeira da Administração Central, o certo é que esta (através da Sociedade Portugal 2004), implementou um esquema de controle da totalidade do investimento, com vista a atingir dois grandes objectivos: em primeiro lugar, garantir a execução da totalidade dos diversos projectos de acordo com as especificações exigidas, honrando assim os compromissos assumidos com a UEFA; em segundo lugar, clarificar as regras de relacionamento/parceria entre a grande multiplicidade de instituições envolvidas, contribuindo para uma coerência do projecto global. Estes dois objectivos foram atingidos com grande eficácia, podendo dizer-se que a Administração Central conseguiu, com um investimento próprio pouco significativo, induzir despesas de investimento muito significativas.

Lisboa, 15 de Março de 2004